

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/06/2014 a 30/06/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Subsídio à desigualdade. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 14/06/2014 .	3
Grandes vítimas do conflito, indígenas apoiam presidente. Denise Chrispim Marin – O Estado de São Paulo, Internacional. 15/06/2014	4
Brasil oferece a Angola US\$2 bi em crédito para energia e construção. ShrikeshLaxmida – O Estado de São Paulo, Economia. 16/06/2014.....	5
'Queremos reconstruir a confiança com o Brasil', diz vice dos EUA. Raul Juste Lores – Folha de São Paulo, Mundo. 16/06/2014	6
Dinamarca aposta no crescimento da participação do Mapa – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) 17/06/2014.....	10
Produção mundial de arroz sobe pelo 5º ano. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 17/06/2014	11
Fundo soberano chinês muda foco para agricultura. Jamil Anderlini – Valor Econômico, Agronegócios. 18/06/2014	12
Presidente da Colômbia chega para encontro com Dilma. Laís Alegretti – O Estado de São Paulo, Internacional. 19/06/2014.....	14
Estoque mundial de café cai 11%, diz Usda. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 21/06/2014	14
A contraofensiva da direita internacional. Emir Sader – Site da Agência Carta Maior, Blog do Emir. 21/06/2014	16
Índia elevará tarifa de importação de açúcar. Dow Jones Newswires – Valor Econômico, Agronegócios. 23/06/2014	17
Em nota, Mercosul e Celac apoiam posição da Argentina sobre dívida – Folha de São Paulo, Mercado. 23/06/2014.....	17
Colômbia, Peru e Chile. José Luís Fiori – Agência Carta Maior, Colunistas. 26/06/2014.....	18
Europa ganha espaço em alimentos no Brasil. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 28/06/2014	20
Muy amiga. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 28/06/2014.....	21
A Internacional do Capital Financeiro. Tarso Genro – Site da Agência Carta Maior, Política. 29/06/2014.....	23

Subsídio à desigualdade. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 14/06/2014

Ninguém é mais autorizado para avaliar criticamente a política agrícola dos Estados Unidos do que Joseph Stiglitz, norte-americano Prêmio Nobel de Economia.

O que espanta é que o próprio Stiglitz classifica a Farm Bill como "insana" e ainda aponta a "falta de lógica" do dispêndio de bilhões de dólares para que "um pequeno número de agricultores ricos" produza mais do que os norte-americanos precisam.

Quando os programas começaram, na Grande Recessão dos anos 1930, eram políticas de combate à pobreza. Hoje, diz o Prêmio Nobel, são subsídios que promovem a "desigualdade de oportunidades" nos EUA, onde inacreditáveis 15% da população estão abaixo do nível de pobreza, e no resto do mundo.

A zona do euro não fica atrás, pois 24% da população encontra-se no limiar da pobreza e da exclusão, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho.

Tanto os EUA quanto a UE (União Europeia) renovaram suas políticas de apoio ao setor agropecuário. A nova lei agrícola norte-americana foi aprovada em fevereiro deste ano, para o período de 2014 a 2018. Já a UE completou o processo de reforma da PAC (Política Agrícola Comum) em fins de 2013, com vigência até 2020.

No caso dos Estados Unidos, falamos da injeção de até US\$ 30 bilhões anuais para beneficiar um setor que representa pouco mais de 1% do Produto Interno Bruto do país. Isso além dos US\$ 80 bilhões anuais pagos a produtores rurais da UE, responsáveis por cerca de 6% do PIB do bloco.

Estudo encomendado pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) mostra que, na nova Farm Bill, os altos subsídios norte-americanos a produtos como soja, milho e algodão prejudicarão nossas exportações já na safra 2014/15.

Quem paga a conta do incentivo à superprodução lá fora é o agronegócio brasileiro, hoje responsável por quase 44% das exportações. Em vendas externas do setor, o Brasil só está atrás dos EUA e da UE. Ficamos em terceiro lugar porque competimos não com os produtores mas com os Orçamentos desses países.

No cálculo por hectare, os europeus já recebem hoje, em subsídios, 25 vezes mais que os agricultores brasileiros. Em relação à renda, recebem cinco vezes mais. A combinação é diabólica: a UE dará muita ajuda para manter o nível atual de produção, impondo barreiras a importações, enquanto a nova Farm Bill pagará aos agricultores para aumentar artificialmente a produção de determinados produtos.

A previsão é que os subsídios diretos dos EUA provocarão queda nos preços internacionais de 4%, em média, no milho e no algodão, e de 3,5% na soja. De 2014 a 2018, projetam-se prejuízos bilionários para o Brasil: cerca de US\$ 1,5 bilhão no caso do milho; US\$ 2,5 bilhões na soja e US\$ 340 milhões no algodão.

Nesse cenário, cabe ao Brasil promover um grande debate para além de nossas fronteiras, alertando para os riscos que essas novas políticas trazem ao comércio internacional. Vamos nos prevenir antes que os impactos ocorram. O país já mostrou liderança internacional, ao vencer os contenciosos do algodão e do açúcar na OMC

(Organização Mundial do Comércio). Criamos jurisprudência contra políticas agrícolas que distorcem mercados e prejudicam exportadores competitivos.

Temos instrumentos para estimar os impactos, à medida que as políticas estão sendo implementadas. E também para avaliar a evolução dos subsídios nos últimos 20 anos, comparando-os com os programas brasileiros.

A CNA criou um observatório para acompanhar o desempenho da Farm Bill e da PAC europeia, monitorando seus impactos em tempo real e verificando a gravidade das distorções que prejudicam os produtores para contribuir com futuras ações e painéis na OMC.

Vamos alertar as nações que também deverão ter prejuízos com essas novas políticas e nos fazer presentes em fóruns como o G20, o Grupo de Cairns e os Brics. Sem descuidar do diálogo direto com Washington e Bruxelas e sem perder de vista que o foro da OMC pode ser usado para os questionamentos.

Ninguém reduz subsídios unilateralmente ou no âmbito de acordos regionais. É preciso sair na frente e questionar políticas que distorcem mercados e esvaziam cofres públicos em favor de poucos.

Grandes vítimas do conflito, indígenas apoiam presidente. Denise Chrispim Marin – O Estado de São Paulo, Internacional. 15/06/2014

Pelo menos 30 mil membros de comunidades nativas vivem em Bogotá após ser expulsos de suas terras

BOGOTÁ - Vítimas mais frequentes e vulneráveis do conflito entre as Forças Armadas e as guerrilhas, as organizações indígenas de Bogotá deram na sexta-feira seu apoio a Juan Manuel dos Santos com esperança de avanço no processo de paz.

Representantes indígenas formularam um documento para ser entregue ao presidente no qual pediriam conversas com os titulares dos ministérios da Educação, Saúde, Moradia, Cultura e Justiça e com as secretarias municipais das mesmas áreas. Mas não conseguiram.

Segundo Luís Enrique Tapiero, da etnia pijao e líder dos ambikas em Bogotá, do total de 30 mil indígenas que vivem na capital colombiana, 50% foram expulsos de suas regiões tradicionais pela violência das guerrilhas, do paramilitares e das Forças Armadas.

"Não estamos de acordo com o governo de Santos, com exceção de um ponto: a paz. Somos os que mais sofremos com essa guerra", afirmou.

Tapiero deixou em 1986 sua terra natal, Coyaima, no Departamento de Tohima, para morar com parentes em Bogotá.

Tinha 16 anos e sua família já havia sofrido pressões para que aderisse às Farc. Um de seus 11 irmãos e seu pai foram assinados pela guerrilha, e a casa onde nascera foi incendiada como represália pela falta de colaboração da família.

Hoje, sua mãe também é uma das refugiadas em Bogotá. Na capital, ele fez curso técnico de desenho arquitetônico e atualmente estuda Direito, com atenção para a defesa dos direitos indígenas.

Israel Montano, de 41 anos, chegou há apenas três anos de uma "zona vermelha" do Departamento de Cauca, a de maior conflito. Sua decisão foi parecida à dos pais de Tapieri: queria evitar o recrutamento de seus dois filhos.

Hoje, trabalha na construção civil. O mesmo caminho foi seguido por Hector Tapye, cansado de viver entre os ataques de paramilitares, guerrilheiros e soldados. Ele saiu da região de Nariño, no Departamento de Cauca, e lidera na capital a etnia dos pastos.

"Aqui a vida é difícil porque temos de pagar por tudo o que recebíamos gratuitamente da natureza", afirmou Montano, que luta por cotas nas universidades para estudantes indígenas, como sua filha.

"É horrível viver aqui", resume Paulina Majín, de 46 anos, líder do povo yanacona em Bogotá. Ela migrou com seu filho em 1986 de Río Blanco para Cauca, depois do assassinato de dois primos que contrariavam as orientações das Farc e do Exército de Libertação Nacional (ELN) de aumentar a produção de papoulas.

Há quatro anos, vive em Bogotá. Na capital colombiana, bate de porta em porta das 170 famílias yanacona para prover alimentos e assistência. "Na minha região natal, que é o berço de quatro rios da Colômbia, a natureza foi brutalmente destruída pelas lavouras de papoula e coca e pelas fumigações. A terra não produz mais nada. Não posso mais voltar."

Brasil oferece a Angola US\$2 bi em crédito para energia e construção. Shrikesh Laxmida – O Estado de São Paulo, Economia. 16/06/2014

O Brasil ofereceu à Angola uma nova linha de crédito de 2 bilhões de dólares para utilização nos setores da energia e de construção civil do país africano, disse o ministro das Finanças angolano Armando Manuel, na segunda-feira.

Várias empresas brasileiras estão envolvidas nos setores de energia e construção civil em Angola, que é o segundo maior produtor de petróleo da África, embora a China seja o principal parceiro estrangeiro e compra quase a metade do petróleo de Angola.

O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em visita oficial ao Brasil, deve se reunir com a presidente Dilma Rousseff nesta segunda-feira para discutir medidas para fortalecer a parceria estratégica entre os dois países.

A Angola deverá gastar bilhões de dólares para reconstruir as redes de transporte, energia e comunicação destruídas por uma guerra civil de 27 anos que terminou em 2002.

Este seria a sexta linha de crédito do Brasil para o país.

"A nova linha eleva o total para 7,83 bilhões de dólares, o que deixa claro que há uma ligação crescente entre os dois países", disse Manuel em comentários transmitidos pela rede de TV estatal de Angola TPA.

A China concedeu cerca de 13,4 bilhões de dólares em empréstimos chamados "petróleo por infraestrutura" para Angola. Como resultado, as empresas de construção chinesas estão fortemente envolvidas nos projetos de reconstrução.

Ainda assim, a brasileira Odebrecht, maior conglomerado de construção diversificada da América Latina, que está envolvida no setor da construção e de agronegócio, é o maior empregador privado de Angola.

Os Estados Unidos também tem uma parceria estratégica com Angola, que as duas partes estão tentando fortalecer.

O Export-Import Bank, dos Estados Unidos, financiou este mês um acordo para Angola comprar 1 bilhão de dólares em equipamentos para ferrovia e energia da General Electric.

'Queremos reconstruir a confiança com o Brasil', diz vice dos EUA. Raul Juste Lores – Folha de São Paulo, Mundo. 16/06/2014

Em jantar no mês passado com correspondentes estrangeiros no Palácio da Alvorada, a presidente Dilma Rousseff chamou o vice-presidente americano, Joe Biden, de "um sedutor". "Nós ainda não nos casamos, mas estamos namorando de alguma maneira", disse, segundo relato da BBC.

Em entrevista exclusiva à Folha, Biden, 71, diz que acredita "nos benefícios de tratar cara a cara nossas mais importantes relações". Ele chega nesta segunda-feira (16) ao Brasil para ver a estreia dos Estados Unidos na Copa em Natal, e nesta terça se encontra com Dilma e com o vice-presidente Michel Temer.

Espécie de enviado especial para a América Latina do governo Obama, o "sedutor" foi escalado para tentar melhorar as relações entre os dois países, muito afetadas pela divulgação da escala da espionagem americana no ano passado.

Sobre a difícil relação dos EUA com países governados pela esquerda na região, depois do trauma da Guerra Fria, Biden diz que a Casa Branca faz "um esforço concentrado para melhorar nosso relacionamento com os governos da região além do âmbito ideológico". Ele respondeu as perguntas da Folha por e-mail –a tradução para o português foi feita pelo governo americano.

*

Folha - O senhor acha que a presidente Dilma Rousseff será recebida com um jantar de estado em Washington, depois do adiamento da visita no ano passado?

O presidente e eu aguardamos a oportunidade de receber a presidenta Rousseff outra vez em Washington. O Brasil é um importante parceiro e ator global e o convite do presidente Obama à presidente Rousseff reflete a importância que damos à relação bilateral.

Isso também é parte do motivo pelo qual estou viajando ao Brasil. Claro que em Natal torcerei pela seleção norte-americana no jogo contra Gana. Depois do jogo, irei a Brasília me encontrar com a presidente Rousseff e com o vice-presidente Temer, porque

acredito nos benefícios de tratar cara-a-cara e com o maior respeito das nossas mais importantes relações. Quando falei ao telefone com a presidente Rousseff no dia 8 de maio, deixei claro que o presidente e eu estamos comprometidos em avançar a relação bilateral com o Brasil e em trabalhar na direção de uma parceria na qual a realidade reflita as promessas em todas as questões, de energia à educação, de comércio à ciência e tecnologia.

Já estamos no caminho de cumprir essa promessa. O comércio entre os dois países está em torno de US\$ 100 bilhões por ano. Continuamos engajados em diálogos ativos para avançar em áreas concretas de cooperação. Membros do Diálogo Comercial Brasil-Estados Unidos, do Diálogo Econômico Financeiro, e do Comitê Consultivo Agrícola se encontraram recentemente. Os Estados Unidos apoiaram a liderança do Brasil como o anfitrião da NetMundial para discutir o futuro da governança da internet. O secretário do Transporte, Anthony Foxx, esteve no Brasil no mês passado para encontrar maneiras de trabalharmos em parceria com o Brasil em infraestrutura. Os intercâmbios educacionais também estão se expandindo rapidamente, à medida que trabalhamos para promover as iniciativas 100 Mil Unidos nas Américas, do presidente Obama, e Ciência sem Fronteiras, da presidente Rousseff.

Mas o céu é o limite, e há muito mais que podemos fazer juntos. É isso que quero discutir com a presidente Rousseff.

O senhor disse recentemente que "nossa luta com a antiga União Soviética algumas vezes nos deixou do lado de líderes que não compartilham nossos valores". E disse também que os Estados Unidos "acabaram do lado certo da história". Mas, para muitos, os Estados Unidos não foram capazes de trabalhar bem com governos de esquerda eleitos democraticamente na América Latina. O senhor reconhece essa dificuldade? Como mudar isso?

Você está se referindo à entrevista dada em março no Chile, quando pedi ao governo da Venezuela que protegesse as liberdades fundamentais e se engajasse em um diálogo genuíno com a oposição. Todos os governos eleitos democraticamente, tanto os de esquerda quanto os de direita, têm a responsabilidade de defender e respeitar esses direitos, que incluem liberdade de expressão e de associação.

Desde o início da administração Obama, fizemos um esforço concentrado para melhorar nosso relacionamento com os governos da região além do âmbito ideológico. Nosso objetivo é fomentar uma agenda positiva baseada na promoção dos interesses comuns e no enfrentamento de desafios compartilhados.

Ao mesmo tempo, o continente está passando por desafios como consolidação democrática, e a Venezuela é um caso emblemático de enfraquecimento das instituições democráticas. Tive encontros com a maioria dos líderes deste continente e me inspirei em suas histórias pessoais. Homens e mulheres que sofreram na ditadura e agora são líderes de algumas das sociedades mais vibrantes e inclusivas da região. Eles são estudantes de história, e entendem a importância de se manter uma posição equilibrada e apoiar instituições democráticas sólidas para preservar os direitos de todos.

Falando de livre comércio entre Brasil e EUA, a Aliança do Pacífico vai isolar o Brasil? Há possibilidade de levar a discussão dos subsídios à agricultura americana à mesa de negociação?

Eu prefiro olhar para a relação Brasil-Estados Unidos de uma maneira bem mais ampla. O maior desafio e oportunidade na relação é como nossos dois países podem construir uma parceria abrangente do século 21.

Há dois fatos importantes relacionados a isso que pressagiam um sentimento de inevitabilidade à relação Brasil-Estados Unidos, e à medida que se tornam mais aparentes, nos ajudarão a superar obstáculos temporários que são parte de qualquer relação entre dois países.

Primeiro, as questões que definem a relação bilateral são cada vez mais globais em sua natureza, como segurança alimentar e energética, mudança climática, não-proliferação e a guerra contra o terrorismo.

Compartilhamos interesses comuns em tratar desses desafios. À medida que o Brasil continua a emergir como ator global, é provável que nossos interesses convirjam mais e mais à medida que trabalhamos juntos para construir estruturas internacionais que promovam prosperidade, segurança, e bem-estar de nossos cidadãos.

Em segundo lugar, a principal força de nossa relação são as crescentes conexões entre nossos povos e empresas. Até o fim do ano, os Estados Unidos terão recebido mais de 26 mil estudantes em mais de 200 universidades norte-americanas. Os investimentos brasileiros diretos nos Estados Unidos estão em vias de igualar os investimentos dos Estados Unidos no Brasil, e a aquisição de marcas americanas líderes como Anheuser-Busch, Burger King, e Pilgrim'sPride por brasileiros está redesenhando como o povo americano entende a presença do Brasil em nossa economia. Do lado dos Estados Unidos, empresas como Ford e General Motors estão no Brasil há tanto tempo que muitos brasileiros acham que são empresas nacionais.

O que isso significa em termos práticos é que os interesses do Brasil e Estados Unidos se sobrepõem significativamente e devemos sempre buscar maneiras de formar parcerias pelo benefício dos dois países. O Brasil não pode e não deveria ser isolado - isso iria contra nossos interesses nacionais, assim como contra os interesses do resto dos países do continente.

A relação Brasil-EUA esfriou por causa das revelações sobre a Agência Nacional de Segurança (NSA). Qual será sua mensagem à presidente Rousseff no encontro que terão?

Reconhecemos que revelações não autorizadas sobre programas de inteligência dos Estados Unidos geraram preocupações em governos do mundo todo, incluindo o governo e o povo brasileiro. É por isso que em janeiro o presidente Obama fez um discurso anunciando importantes mudanças, como estender muitas das proteções à privacidade que damos a nossos cidadãos a cidadãos estrangeiros, e a decisão de não monitorar a comunicação de chefes de Estado e de governo de nossos aliados e amigos próximos. Como o presidente disse, pessoas do mundo todo, independente de sua nacionalidade, devem saber que os Estados Unidos levam suas preocupações com

privacidade em conta. Desde o anúncio do presidente, eu e a equipe de Segurança Nacional do presidente temos estado em contato com autoridades brasileiras para encontrar maneiras de aprofundar nossa cooperação e reconstruir a confiança de agora em diante.

Milhões de brasileiros visitam os Estados Unidos todos os anos e muitos acham que o Brasil deveria entrar para o Programa de Isenção de Vistos, como o Chile recentemente. O que ainda falta para isso acontecer?

O Brasil é atualmente o terceiro país do mundo com o maior número de vistos de não-imigrante, atrás do México e da China. Mais de dois milhões de brasileiros que visitaram os Estados Unidos em 2013 e os milhões que pretendemos receber este ano e nos próximos são uma importante parte das economias locais em lugares como Flórida, Nova York e Nevada. Ficamos entusiasmados com o crescimento de 15 por cento no número de brasileiros que visitaram os Estados Unidos em 2013. Espero que o número continue a crescer e gostaríamos de vê-los visitar e construir uma conexão mais forte com outras partes dos Estados Unidos também.

Em 2012, o presidente Obama viajou para a Disney World e prometeu que facilitaria o máximo que pudesse a viagem de brasileiros aos Estados Unidos. No mesmo ano, iniciamos um diálogo com autoridades brasileiras sobre o Programa de Isenção de Vistos. E, enquanto discutimos esse programa, continuamos a fazer todo o possível para que a promessa do presidente Obama seja cumprida.

Dobramos o número de cônsules do setor de vistos no Brasil, eliminamos entrevistas para solicitantes com menos de 16 e mais de 66 anos e em breve abriremos dois novos consulados, em Porto Alegre e em Belo Horizonte. Em 2011, um brasileiro levava em média 100 dias para agendar uma entrevista. Agora, leva apenas dois.

Claro que também precisamos que mais estudantes americanos aprendam português e visitem o Brasil!

Tanto o senhor, quanto o secretário de Estado, John Kerry, e o secretário de Energia, Ernesto Moniz, disseram recentemente que a relação Brasil-Estados Unidos deveria envolver energia. Mas com o forte crescimento da produção nos EUA do gás de xisto e com o fraturamento hidráulico, além de nenhuma empresa americana participou dos leilões do pré-sal no Brasil, como o Brasil pode ser importante neste campo? Que possibilidade de parceria o senhor vê?

O Brasil é um importante ator global em energia, de sua liderança na produção e uso de etanol e proliferação de postos e veículos flex no Brasil, à descoberta de reservas de petróleo e gás em águas profundas. Além disso, Estados Unidos e Brasil dividem uma série de objetivos e desafios comuns no setor de energia, incluindo o desenvolvimento de um mix energético diversificado - o que chamamos nos Estados Unidos de estratégia "todas as opções acima" - e a busca de maneiras de melhorar a eficiência energética e reduzir a prejudicial poluição de carbono em apoio às metas de mudança climática.

É óbvio que o potencial da cooperação Brasil-Estados Unidos em energia é grande. Desde a criação do Diálogo Estratégico sobre Energia Brasil - Estados Unidos (SED) em 2011, temos trabalhado em desafios importantes em energia e mudanças climáticas.

Na verdade, o SED foi formado em cima de uma cooperação bilateral em bio-combustível, hidrocarboneto e energia nuclear civil, só para citar algumas que já existiam. Ou seja, nossa parceria em energia já tem alguns anos.

As empresas norte-americanas de petróleo têm sido ativas no setor de petróleo e gás em águas profundas no Brasil há muitos anos e a Petrobras tem um histórico de operações em águas profundas nos EUA. Essa é uma área que cada país pode contribuir com expertise e pode se beneficiar de engajamento bilateral técnico e comercial. O que temos aprendido com a parceria no SED é que empresas norte-americanas de serviços estão ávidas para explorar as oportunidades de parceria para o desenvolvimento de reservas de petróleo e gás no Brasil, incluindo as não-convencionais.

Além disso, Estados Unidos e Brasil aprenderam muitas lições que podem compartilhar sobre regulação e gerenciamento ambiental do desenvolvimento de hidrocarboneto, seja no ambiente em águas profundas ou no desenvolvimento de gás xisto. Uma produção eficiente, segura e confiável de petróleo e gás beneficia todos nós, e é por isso que o desenvolvimento de petróleo e gás continuará sendo uma parte importante de nosso engajamento bilateral. É por isso que o SED é tão importante e estamos na expectativa do próximo encontro. Será uma grande oportunidade para fazer progressos em nossa parceria em energia e explorar novas parcerias.

Dinamarca aposta no crescimento da participação do Mapa – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) 17/06/2014

Conferencista visita o Ministério da Agricultura e dá dicas sobre oportunidades para potenciais parcerias

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) recebeu a visita do representante da Copenhagen Institute For Future Studies, o dinamarquês Peter Kronstron, que se reuniu com a equipe da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), na última sexta-feira (13), para compartilhar experiências acerca de oportunidades para potenciais parcerias relacionadas ao Brasil e à agricultura.

O encontro é fruto de uma missão intergovernamental realizada em maio deste ano e teve a participação do chefe adjunto da AGE, Renato Brito. A reunião foi realizada nos países nórdicos (Noruega, Dinamarca e Suécia) e, na oportunidade, foi possível explorar contatos e assuntos sob os aspectos econômicos-comerciais e de cooperação agrícola.

Peter Kronstron disse que diante da nova geopolítica dos alimentos, o Mapa se apresenta como agente estratégico na promoção e no desenvolvimento da agropecuária brasileira e da segurança alimentar mundial. “A agropecuária brasileira tende a aumentar a sua participação, entretanto, para ampliar sua capacidade de suprimento de parte dos 9 bilhões de pessoas em 2050 é necessário que cenários múltiplos sejam antecipados de modo a permitir o estabelecimento de políticas e ações que também se adiantem às necessidades futuras identificadas”, destacou.

O chefe adjunto da AGE, Renato Brito, considerou a experiência proveitosa e ressaltou a importância de estabelecer contatos dessa natureza. Segundo ele, a interação com outras realidades abre portas para a troca de conhecimentos e auxilia a balizar as ações

pertinentes aos estudos em andamento e aos novos trabalhos do Ministério da Agricultura.

“Esses contatos nos permitem visualizar a complexidade dos possíveis fatores que interferem nas perspectivas futuras, uma vez que as correlações são diversas e certamente geram impactos. E são justamente os riscos e as incertezas associadas a estes impactos que nos aventuramos a prever e minimizar, para que as iniciativas e o desenvolvimento da agropecuária brasileira se deem em bases sólidas”.

Produção mundial de arroz sobe pelo 5º ano. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 17/06/2014

A produção mundial de arroz sobe pelo quinto ano consecutivo e deverá atingir o recorde de 481 milhões de toneladas em 2014/15. Se confirmada a estimativa, esse volume superará em 1% o registrado na safra anterior.

Os dados são do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), que atribui essa alta de produção ao aumento de área para 162 milhões de hectares.

A produtividade não tem grandes alterações e está calculada em 4,44 toneladas por hectare. O recorde mundial ocorreu na safra 2012/13, atingindo 4,45 toneladas.

O maior crescimento de produção ocorre nos países asiáticos. O destaque no leste desse continente fica para a China, o líder mundial em produção.

As estimativas do Usda indicam uma safra de 144 milhões de toneladas para o país, a 11ª alta seguida.

A área de arroz vem se expandindo ano a ano na China, onde o governo tem incentivado a produção, dando sustentação aos preços.

Já o sul da Ásia, liderado pela Índia, deverá produzir 154 milhões de toneladas, um volume próximo do recorde de 2013/14. Os indianos utilizarão 44 milhões de hectares para o plantio do cereal.

O sudeste asiático, onde estão os principais exportadores e importadores mundiais - Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã-, deverá produzir 119 milhões de toneladas, com aumento de 1% em relação à anterior.

Na América do Sul, onde o destaque é o Brasil, a produção fica em 16,5 milhões em 2014/15, segundo o Usda.

O consumo mundial de arroz volta a superar a produção e deverá atingir 482 milhões de toneladas.

O Usda coloca o Brasil como um dos destaques no aumento de consumo na próxima safra.

Esse aumento de consumo fará com que os estoques finais recuem pela primeira vez desde a safra 2003/04.

O mundo terminará a safra 2014/15 com estoques de 111 milhões de toneladas, na avaliação do Departamento de agricultura dos EUA.

Apesar do volume elevado de produção e de consumo, o arroz é um dos produtos que têm um dos menores patamares mundiais de comércio.

No ano-calendário de 2015, o comércio internacional, mesmo sendo recorde, fica em 41 milhões de toneladas.

*

Evolução Pelo menos 97% da área semeada de milho nos Estados Unidos já emergiu. Pesquisa do Usda nos 18 principais Estados do país indica que 64% das lavouras são classificadas como boas e excelentes.

Soja A área semeada de soja pelos norte-americanos atinge 92%, um pouco acima da média dos últimos cinco anos, que é de 90%. As condições das lavouras de soja indicam que 64% estão classificadas como boas e excelentes.

Melhora As exportações brasileiras de milho ocorreram a US\$ 228,8 por toneladas em maio, um aumento de 3,3% em relação a abril, mas 29,1% inferior ao valor do mesmo mês de 2013, de acordo com a consultoria Clarivi.

Tempo bom Assim será o clima para colheita e plantio nesta semana, segundo previsões de Marco Antonio dos Santos, da Somar. O tempo "estará aberto" em quase todas as regiões do Brasil.

*

PIB do setor agropecuário sobe 0,6% no 1º trimestre

O PIB do agronegócio subiu 0,62% no primeiro trimestre deste ano. O destaque foi a pecuária, que teve alta de 0,98%. Já o PIB da agricultura subiu 0,38%.

Os dados são da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Um dos destaques da pecuária foi o segmento de leite, cujo aumento de faturamento está previsto em 19,3% neste ano. Na agricultura, um dos motivos do incremento do PIB foi o aumento de safra, mas os preços caem.

*

Agrícolas

Preços têm queda de 3,6% no atacado, diz FGV

Os produtos agropecuários recuaram 3,6% nos últimos 30 dias até 10 de junho, apontou o IGP-10 da FGV. As principais quedas ocorreram no segmento de lavouras, com as permanentes caindo 7,81% no período, e as temporárias, 3,26%. Já o recuo no segmento da pecuária foi de 2,75%.

Fundo soberano chinês muda foco para agricultura. Jamil Anderlini – Valor Econômico, Agronegócios. 18/06/2014

O fundo soberano da China está mudando seu foco para investir em agricultura e em fontes de suprimento de alimentos, em uma importante decisão estratégica que reflete as prioridades da nova liderança do país. Em um artigo publicado no "Financial Times",

DingXuedong, presidente da China InvestmentCorp (CIC), afirma que o fundo, com US\$ 650 bilhões, quer investir mais na agricultura em todo o mundo e "em toda a cadeia de valor".

Ciente da controvérsia em torno das tentativas anteriores de governos asiáticos e do Oriente Médio de garantir o uso de terras agrícolas e alimentos em países mais pobres, especialmente da África, Ding afirma que a CIC quer firmar parcerias com governos, organizações multilaterais e outros investidores institucionais. Ele também enfatizou o compromisso do fundo soberano de "fortalecer a segurança alimentar nos países nos quais investimos e onde contribuímos com nossa parte para a criação de empregos e para o crescimento econômico local".

A CIC prestará especial atenção a aspectos agrícolas que no passado foram negligenciados por grandes investidores institucionais, como irrigação, transformação da terra e produção de rações para animais, afirma ele. O foco na agricultura se intensificou no ano passado e assinala a segunda grande mudança estratégica no fundo desde que foi criado, em 2007. As empresas chinesas, estatais em sua maioria, têm feito grandes investimentos em terras agrícolas e em produção de alimentos nos últimos anos, especialmente na Ásia, África e América Latina.

Empresas chinesas apoiadas pelo Estado realizaram diversos investimentos na produção de alimentos na Ucrânia antes da eclosão da crise política - e o aporte da empresa de carne Shuanghui na SmithfieldFoods, maior produtora de carne suína nos EUA, em 2013, até agora é a maior aquisição chinesa de uma empresa americana.

Originalmente, a CIC se concentrou em assumir participações em instituições financeiras americanas, como no fundo de privateequityBlackstone e no Morgan Stanley. Mas, após prejuízos nesses investimentos na esteira da crise financeira, a CIC ajustou sua estratégia de modo e passou a se concentrar em energia, metais, mineração e outras commodities necessárias para assegurar os insumos necessários à vigorosa ascensão industrial chinesa.

Ding assumiu a presidência da CIC há um ano, não muito tempo após o presidente chinês, Xi Jinping, ter assumido o comando do país - e a nova estratégia de investimentos do fundo está em linha com as prioridades do novo governo. Pequim quer reduzir sua dependência de investimentos em infraestrutura e indústria pesada poluente e aquecer o consumo, com ênfase em melhoria dos padrões de vida. Acredita-se que um forte crescimento da demanda chinesa por carne, laticínios, grãos e outras commodities agrícolas passem a exercer crescentes pressões sobre a oferta alimentar mundial.

Até o fim de 2013, a CIC tinha cerca de US\$ 650 bilhões em ativos sob gestão, dos quais US\$ 200 bilhões investidos fora do país. A maior parte do montante restante é composto por participações nas maiores instituições financeiras chinesas, que o fundo detém em nome do Estado. Além da agricultura, a CIC concentrará seus investimentos em tecnologia, imóveis e investimentos em infraestrutura, que proporcionam retornos estáveis em longo prazo.

Ding está no Reino Unido nesta semana, acompanhando Li Keqiang em sua primeira visita oficial ao Reino Unido como primeiro-ministro. Embora não estejam previstos anúncios de grandes investimentos da CIC durante a visita, executivos do fundo

soberano estão "pesquisando ativamente" oportunidades potenciais, especialmente em infraestrutura, para incluí-las em seu portfólio no Reino Unido.

Presidente da Colômbia chega para encontro com Dilma. Laís Alegretti – O Estado de São Paulo, Internacional. 19/06/2014

Em reunião, autoridades falarão sobre estreitamento de relações entre os países

BRASÍLIA - O presidente reeleito da Colômbia, Juan Manuel Santos, chegou agora há pouco ao Palácio da Alvorada para se reunir com a presidente Dilma Rousseff.

Segundo o governo brasileiro, os dois presidentes conversarão sobre “temas bilaterais e regionais, com vistas ao estreitamento da relação entre Brasil e Colômbia e ao fortalecimento da integração da América do Sul”. Além disso, segundo o Ministério das Relações Exteriores, os presidentes tratarão, no plano bilateral, da cooperação em desenvolvimento rural e agronegócio, bem como da expansão do comércio bilateral que atingiu US\$ 4,2 bilhões em 2013.

No início da semana, Dilma telefonou para Santos, a fim de parabenizá-lo por ter vencido as eleições. No último domingo, Santos foi reeleito para mais quatro anos de mandato, por uma estreita margem de cerca de 900 mil votos.

Além de se reunir com Dilma, Santos assistirá ao jogo da Colômbia contra a Costa do Marfim, no estádio Mané Garrincha, em Brasília, às 13 horas.

Estoque mundial de café cai 11%, diz Usda. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 21/06/2014

Os Estados Unidos, a exemplo da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), cooperativas e tradings, ajustaram para baixo os dados de produção de café do Brasil.

Em relatório divulgado nesta sexta (20), o Usda (Departamento de Agricultura dos EUA) reduziu a produção brasileira de café da safra 2014/15 para 49,5 milhões de sacas. A safra anterior havia sido estimada em 53,7 milhões de sacas pelo órgão.

Além da queda de produção nacional, os Estados Unidos preveem uma forte retração nos estoques mundiais, que recuam para 32 milhões de sacas, 11% abaixo do volume da safra anterior.

O relatório do Usda aponta que os estoques brasileiros ficam em 6,3 milhões de sacas no final da safra 2014/15. Esse é um dado bastante controverso no Brasil, com algumas consultorias prevendo volume inferior a 5 milhões de sacas. Outras preveem volume superior a 10 milhões.

O consumo mundial mantém elevação e deve subir para 147,7 milhões de sacas, 1,5% mais do que na safra passada, segundo o Usda.

Um dos responsáveis por essa alta são os Estados Unidos, o maior consumidor mundial de café.

O consumo norte-americano deverá atingir o recorde de 25,4 milhões de sacas, 1,8% mais do que na safra anterior.

O Brasil será responsável por 25% do café a ser consumido pelos Estados Unidos na safra 2014/15. O Vietnã, ao somar 18% do total, será o segundo maior fornecedor, enquanto a Colômbia fica com a terceira posição.

O consumo brasileiro, o segundo maior no mundo, fica estável em 20,1 milhões de sacas, na avaliação do Usda. Já o da União Europeia cai para 45,7 milhões de sacas, 0,3% inferior ao da safra anterior.

A produção mundial, após ter atingido 155 milhões de sacas em 2012/13, e recuado para 150,1 milhões no ano passado, volta a cair.

Desta vez, para 148,7 milhões de sacas. A queda só não é maior porque a Colômbia, após um período de retração, voltou a obter uma produção maior.

Na safra 2014/15, os colombianos vão produzir 12 milhões de sacas, um volume bem superior aos 7,7 milhões de sacas de 2011/12.

As exportações mundiais de café verde serão de 107 milhões de sacas em 2014/15 -29 milhões sairão do Brasil.

*

Poucos animais Os abates de gado feitos pelos frigoríficos norte-americanos caíram para 2,64 milhões animais em maio, 8% abaixo do total abatido em igual período do ano passado.

Queda Esse recuo segue a tendência dos meses anteriores, uma vez que os abates acumulados de até maio recuaram para 12,6 milhões de cabeças, 6% abaixo dos de janeiro a maio do ano passado.

Peso Os dados são do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), que aponta, no entanto, uma alta de 1% no peso dos animais abatidos no período.

Mamona A safra será de 76,3 mil toneladas, 383% mais do que em 2013. A área sobe para para 102 mil hectares, enquanto a produtividade supera em 315% a de 2013.

Líder A produção do Nordeste, que detém a liderança nacional, sobe para 75 mil toneladas, 442% mais do que em 2012/13. A Bahia lidera a produção na região, somando 67 mil toneladas.

Arroz Os estoques do cereal aumentaram para 1,23 milhão de toneladas na safra 2013/14, uma evolução de 14% em relação à anterior, segundo estimativas da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Ainda baixo Apesar dessa evolução, os estoques finais desta safra ficam 49% inferiores à média anual de 2009 a 2012, quando eles atingiram 2,42 milhões de toneladas.

*

Álcool

Queda perde ritmo nos postos de São Paulo

O etanol foi comercializado a R\$ 1,91 nos postos de São Paulo nesta semana. O preço continua em queda (-0,10% nos últimos sete dias), mas com ritmo menor, aponta pesquisa da Folha. Nas usinas, o litro do álcool hidratado foi a R\$ 1,2216, uma alta de 0,5% na semana, segundo pesquisa do Cepea.

A contraofensiva da direita internacional. Emir Sader – Site da Agência Carta Maior, Blog do Emir. 21/06/2014

A nova ofensiva contra a Argentina tem que ser respondida por todos os governos latino-americanos que são igualmente vítimas do capital especulativo.

A nova ação dos fundos abutre contra a Argentina faz parte de uma contraofensiva mais ampla da direita internacional contra os países progressistas da América Latina. Conduzida por suas principais vozes na mídia - Financial Times, Wall Street Journal, The Economist, El País - atacam sistematicamente esses governos, que não aceitaram os ditames do Consenso de Washington. E por isso mesmo conseguiram contornar a recessão capitalista internacional, que se instalou já faz mais de 6 anos no centro mesmo do sistema, arrasando os direitos sociais, sem prazo para terminar.

Por isso os países latino-americanos que seguiram crescendo e distribuindo renda, diminuindo a desigualdade que aumenta exponencialmente no centro do sistema, são um fator de perturbação, são a prova concreta que outra forma de enfrentar a crise é possível. Que se pode distribuir renda, recuperar o papel ativo do Estado, apoiar-se nos países do Sul do mundo e resistir à crise.

Daí a contraofensiva atual, que busca demonstrar que já não haveria mais espaço para que a economia desses países continuasse crescendo; que os avanços nas políticas sociais não seriam reais; que o tema da dívida externa não estaria ainda resolvido. É crucial para as grandes potências tentar voltar ao ponto onde se dizia que não haveria alternativa ao Consenso de Washington.

A formidável arquitetura de renegociação da dívida argentina nunca foi assimilada por eles. Caso dê certo, que mau exemplo para a Grécia, para Portugal, para a Espanha, para o Egito, para a Ucrânia e para tantos outros países presos nas armadilhas do FMI! Eles têm que demonstrar que os ditames da ditadura do capital especulativo seriam incontornáveis.

A nova ofensiva contra a Argentina tem que ser respondida por todos os governos latino-americanos que são, em distintos níveis, igualmente vítimas do capital especulativo, que resiste a se reciclar para os investimentos produtivos que tanto necessitamos. É hora de que os governos dos outros países da região não apenas acompanhem as missões argentinas, mas também assumam a disposição de taxar a livre circulação do capital financeiro. Uma medida indispensável, urgente, que só pode ser assumida por um conjunto de países concomitantemente.

Tantos países do mundo olharam para a América Latina, para entender como pudemos livrar-nos das nossas dívidas externas. Eles mesmos olham agora para a Argentina. Porque sabem que se joga ali muito mais do que simplesmente 7% da dívida restante.

Se joga a soberania dos países frente aos que querem subjugar-la com o peso das dívidas contraídas pelos governos subservientes ao FMI e a seus porta-vozes.

Índia elevará tarifa de importação de açúcar. Dow Jones Newswires – Valor Econômico, Agronegócios. 23/06/2014

MUMBAI - Maior país consumidor de açúcar do mundo, a Índia mais do que dobrará a tarifa de importação que impõe sobre o produto. Segundo o ministro dos Alimentos do país, Ram Vilas Paswan, a taxa passará de 15% para 40%. Ele não especificou quando o aumento entrará em vigor.

Ainda que as importações de açúcar da Índia sejam inexpressivas — o país é um exportador líquido da commodity —, a elevação da tarifa servirá para apoiar as usinas que operam no país, cujas margens estão sob pressão. Desde outubro, traders importaram 200 mil toneladas de açúcar porque as cotações estavam mais baixas que as praticadas no mercado doméstico.

Em nota, Mercosul e Celac apoiam posição da Argentina sobre dívida – Folha de São Paulo, Mercado. 23/06/2014

Os chefes de Estado do Mercosul e da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) divulgaram no fim de semana uma declaração de apoio à Argentina na disputa legal que o país mantém com os fundos de investimentos que não aderiram à reestruturação da dívida argentina após o default de 2001.

No comunicado, disponível na página da Presidência da Argentina, os chefes de Estado do Mercosul "manifestam seu mais absoluto rechaço à atitude de ditos fundos", cuja iniciativa impõe obstáculos ao "sucesso de acordos definitivos entre devedores e credores e põe em risco a estabilidade financeira dos países".

Os integrantes do Mercosul reconhecem também, conforme o comunicado, "a vocação da República Argentina de continuar honrando seus compromissos financeiros internacionais, tal como vem fazendo sistematicamente desde a reestruturação de sua dívida nos anos de 2005 e 2010, nas quais se obteve acordo com mais de 92% de seus credores".

Expressam ainda "solidariedade e apoio à República Argentina na busca de uma solução que não comprometa seu desenvolvimento e o bem-estar de seu povo, em consonância com suas políticas de desenvolvimento nacional".

A Celac, por sua vez, afirma, em outro comunicado, considerar "indispensável para a estabilidade e previsibilidade da arquitetura financeira internacional garantir que os acordos alcançados entre devedores e credores cooperativos sejam respeitados, permitindo que os fluxos de pagamento sejam distribuídos aos credores cooperativos conforme acordado com os mesmos no processo de readequação consensual da dívida".

"É necessário contar com instrumentos que possibilitem acordos razoáveis e definitivos entre credores e devedores soberanos, permitindo fazer frente a problemas de sustentabilidade da dívida de forma ordenada", conclui a nota da Celac.

NEGOCIAÇÃO

Na sexta-feira (20), a presidente Cristina Kirchner afirmou que a Argentina tentará negociar para pagar a dívida. Segundo afirmou em discurso, quer cumprir acordo "com 100% dos credores, mas pedimos condições justas de acordo com a lei nacional".

Na semana passada, a Justiça dos EUA determinou que a Argentina pague detentores de dívidas que não aceitaram o acordo proposto após o calote de 2001.

O pagamento, segundo a decisão, deverá ser feito no momento em que o país quitar a dívida com aqueles que aceitaram o acordo -92% do total de credores. O governo, no entanto, afirma que a medida impossibilita o pagamento no prazo (final de junho), tal como estava previsto.

"É necessário que deem à Argentina as condições para podermos negociar. Queremos dar uma mostra de que somos pessoas capazes de sentarmos para negociar e concordar", disse a presidente.

Ela disse que o ministro da Economia, Axel Kicillof, deve ordenar aos advogados que peçam ao juiz "condições para que [o pagamento] seja benéfico a 100% dos credores".

Apesar do tom inflamado no discurso, dessa vez a presidente foi explícita ao abrir a possibilidade de negociar com os credores com quem o país está em litígio -eles representam cerca de 8% do total.

A Argentina enfrenta problemas com credores desde 2001, quando, mergulhada em grave crise econômica, deixou de pagar duas dívidas.

Colômbia, Peru e Chile. José Luís Fiori – Agência Carta Maior, Colunistas. 26/06/2014

A projeção de crescimento do PIB da Colômbia, Peru e Chile, para 2014, já foi revista para baixo, várias vezes, neste primeiro semestre do ano. Junto com a previsão de queda - cada vez maior - dos investimentos privados, e de subida simultânea da taxa de inflação, nos três países. No caso da Colômbia, depois de quatro anos de crescimento médio de 5%, a tendência atual aponta para uma taxa inferior a 4%. A Associação Nacional de Instituições Financeiras (ANIF) da Colômbia considera que o ciclo recente de crescimento do país acabou e foi um caso típico de "voo da galinha", puxado pelas vendas externas que agora estão em queda (só para os EUA caíram 15% em 2013); pela indústria que está em retração (já caiu para 12% do PIB); e pela agricultura que se sente sem condições de concorrer, depois da abertura comercial do país, dos últimos anos.

Um panorama econômico que fica ainda mais complicado quando se tem presente que mais de 40% da população colombiana já se encontrava abaixo da linha da pobreza, em pleno período de alto crescimento do país, segundo o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. Daí o pessimismo dos investidores privados e a sua resistência frente ao grande plano de obras do governo colombiano - no valor de US\$ 25 bilhões - desenhado para desbloquear a infraestrutura de transportes e comunicação da Colômbia, que é péssima.

No caso do Peru, as taxas de crescimento do ciclo recente foram ainda mais elevadas (uma média de cerca de 7%) e por isto a perspectiva de queda em 2014 é relativamente maior. O ex-ministro da Fazenda Pedro Pablo Kuczynski, do Peru, prevê uma taxa de 4% ou talvez menos, e antecipa uma grande queda no investimento privado durante este ano provocada pelas expectativas pessimistas do empresariado, e pela consequente perda de posições do país junto aos investidores internacionais. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) do Peru, a produção industrial vem caindo regularmente, e de forma ainda mais acentuada no caso da produção mineira que é a maior atividade econômica do país. As suas exportações também estão caindo, o déficit comercial está aumentando, e neste momento existem nada menos que 30 projetos petrolíferos interrompidos, por falta de recursos e de investidores interessados.

Por fim, o Chile também teve um crescimento médio de quase 6%, nos últimos 4 anos, mas a previsão de crescimento para 2014 já foi reduzida em 1/3, e pode ficar abaixo dos 3%, depois de um primeiro trimestre em que o seu PIB teve seu menor crescimento e a inflação o seu maior aumento nos últimos 4 anos. Neste mesmo trimestre, os investimentos tiveram uma queda de 5%, depois de já terem caído 12,3% no último trimestre de 2013, enquanto a produção industrial registrava uma contração em 8 dos últimos 12 meses. Por fim, o preço internacional do cobre alcançou seu nível mais baixo dos últimos 4 anos, interrompendo o boom de investimento na indústria mineradora desta última década.

Esta desaceleração da economia foi uma das grandes responsáveis pelo pessimismo empresarial, e pela insatisfação social que derrotou no Chile, o governo conservador de Sebastian Piñera, e elegeu - em 2013 - a presidenta socialista Michelle Bachelet; que dificultou imensamente a reeleição do presidente colombiano, Juan M. Santos da Colômbia, que só foi lograda com o apoio das forças de esquerda; e que mantém o presidente peruano, Ollanta Humala, prisioneiro de um baixíssimo nível de aprovação popular - de apenas 22% - e quase sem perspectiva de eleger seu próprio sucessor. Como consequência, se discute cada vez mais - no meio político e acadêmico dos três países - novos caminhos e alternativas capazes de recolocá-los na rota de crescimento dos últimos anos.

O presidente reeleito da Colômbia defende a necessidade de uma política industrial e de defesa da produção agrícola nacional; a nova presidenta do Chile já propôs uma ampla reforma fiscal para refortalecer o estado chileno, e vem defendendo junto com o presidente colombiano, um estreitamento de laços com os países do Mercosul. O problema é que a maior dificuldade para mudar está nas próprias limitações objetivas destes três países andinos. Em primeiro lugar, eles possuem territórios de difícil ocupação e exploração econômica, e com terras pouco férteis, com exceção do vale central do Chile. Em segundo lugar, os três países possuem economias nacionais muito pequenas, que são praticamente “mono-exportadoras” de commodities, sem escala nem fôlego para construir um sistema industrial próprio, e apoiado na dinâmica do seu mercado interno. No caso da Colômbia, os combustíveis minerais são responsáveis por 66% de sua pauta de exportações; no caso do Peru, os minérios e combustíveis minerais constituem 63%; e no caso do Chile o cobre e alguns outros minérios representam cerca de 60% de suas exportações. Sendo que o Chile ainda tem o

agravante de ser uma economia inteiramente vulnerável do ponto de vista energético, dependendo da importação de energia elétrica e de combustíveis para atender a todas as suas necessidades nacionais.

Em síntese, frente à desaceleração do seu crescimento, e ao aumento das insatisfações sociais, a Colômbia, o Peru e o Chile dispõem de muito poucas alternativas econômicas, no curto prazo. Se transformaram em economias que só conseguem operar com eficiência, e durante períodos limitados de tempo, como “fusíveis” de algum “aparelho econômico” que seja mais amplo e complexo, mas que escapa inteiramente ao seu controle.

Europa ganha espaço em alimentos no Brasil. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 28/06/2014

As exportações brasileiras de produtos agropecuários processados e prontos para consumo para a União Europeia estão 56% superiores às registradas em 2004.

A evolução é boa, uma vez que as exportações de commodities agrícolas –em que o país mais se destaca atualmente– subiram apenas 12% nesse período para a UE.

Esse crescimento, no entanto, mostra-se insuficiente quando comparado às importações do Brasil desses mesmos itens processados na União Europeia.

Os 28 países do bloco europeu elevaram em 217% as vendas de produtos processados e de consumo final para o Brasil desde 2004.

Só no ano passado, os europeus exportaram 7% mais, enquanto importaram 9% menos desses itens, segundo informações do Eurostat.

Em uma avaliação mais longa, e considerando a balança comercial total de produtos agropecuários, os europeus conseguem evolução percentual maior.

As exportações deles para o Brasil aumentaram 220% desde 2004. Já as exportações brasileiras tiveram evolução de apenas 43%.

Apesar desse crescimento percentual europeu a longo prazo, a balança comercial agropecuária ainda é bem favorável ao Brasil.

Os europeus importaram do mercado brasileiro o correspondente a € 13,3 bilhões em 2013, enquanto as exportações do bloco para os brasileiros ficaram em apenas € 1,5 bilhão.

O mercado que mais evoluiu para os europeus no Brasil foi o de chocolates e produtos derivados de cacau, seguido do de frutas. Ambos tiveram crescimento superior a 700% desde 2004.

Derivados de leite, de carnes, café e preparados de cereais também estão na lista das principais exportações dos europeus para o Brasil.

Já os produtos agropecuários em destaque exportados pelo Brasil para a UE são carnes, óleos vegetais, café, açúcar e frutas.

O Brasil é líder mundial em produção e exportação de vários itens, mas o país não consegue formar empresas com peso internacional para participar do varejo mundial.

A evolução de grandes grupos de varejo nos países desenvolvidos fecha cada vez mais o espaço para a criação de empresas nacionais com representatividade externa.

*

Avermectina O Sindan (indústria de produtos para a saúde animal) entrou com medidas judiciais contra o banimento do uso de vermífugo de longa ação pelo Ministério da Agricultura.

Mal-estar A AGU (Advocacia-Geral da União) avalia o pedido. A saída judicial será a menos complicada para o retorno do medicamento, uma vez que a proibição causou mal-estar entre os técnicos e o ministro.

Reunião Na próxima terça (1º), haverá uma audiência na Comissão de Agricultura da Câmara, quando será discutida essa proibição da utilização do medicamento.

Estrago Luciano Vacari, da Acrimat (associação de criadores de MT), diz que foi uma decisão unilateral e que afeta a indústria de medicamentos e pecuaristas.

Punição Em vez de banir o medicamento, o ministério deveria controlar o mau uso. "Se alguém não respeita a carência necessária na utilização do medicamento, que seja punido", diz ele.

Deflação Após ter caído 0,68% em maio, os preços dos produtos agropecuários recuaram 3,73% neste mês no atacado, determinando uma taxa de deflação no IGP-M.

O que caiu A principal queda no período ficou com o tomate, que, devido à melhora na oferta, teve recuo de 28% no atacado. Outros produtos na lista das quedas foram café e milho. O primeiro teve recuo de 11% neste mês. Já o segundo caiu 9%.

*

Etanol

Preço tem nova queda nos postos de São Paulo

Pela oitava semana, o preço do etanol caiu nos postos paulistas. Segundo a Folha, o litro do combustível recuou 0,5% nesta semana, negociado, em média, a R\$ 1,899. Já a gasolina ficou em R\$ 2,895. O álcool caiu para 66% do valor da gasolina, mantendo-se mais vantajoso para o consumidor.

Muy amiga. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 28/06/2014

ESCREVI NESTA coluna, ainda em fevereiro, sobre as dificuldades econômicas e políticas enfrentadas pela Argentina. Defendi que é interesse do Brasil apoiar, de alguma forma, o país vizinho. Mas isso não significa que a interdependência das duas economias venha a determinar as escolhas do Brasil na condução de sua política de comércio exterior.

Não por acaso, o conceito de amizade consagrado pela filosofia grega fala em "igualdade harmônica". Em se tratando de comércio internacional, nada mais atual. É o que o Brasil deve buscar em sua relação comercial com as nações amigas.

Desde 2000, temos um entendimento com os sócios do Mercosul de negociar, em conjunto, acordos comerciais internacionais. Isso fazia sentido no contexto da criação de uma união aduaneira. Passados 23 anos, porém, o comércio intrabloco não está totalmente livre e a tarifa externa comum está repleta de exceções às regras do Mercosul.

Enfim, nossa caminhada rumo ao mercado comum não ultrapassou sequer as primeiras fases de livre-comércio e união aduaneira.

É nesse contexto que, desde o ano passado, a Argentina impede que os sócios do Mercosul negociem em separado, com a União Europeia (UE), suas listas de produtos livres de impostos no comércio bilateral. Insiste numa oferta conjunta com o Brasil, o Paraguai e o Uruguai que nunca chegou aos critérios mínimos acertados entre as partes.

As negociações teriam muito mais chance de avançar se cada um apresentasse a sua lista, em separado. O próprio Mercosul já usou essa tática em negociações com países andinos.

Agora, porém, a insistência argentina em uma oferta comum fez adiar para o próximo ano um acordo com a UE.

As eleições europeias alteraram o cenário atual favorável à parceria com o Mercosul. O acordo com o Canadá e as negociações com Ucrânia, Japão e EUA vão reduzir o poder de barganha do Brasil, principalmente nos temas agropecuários.

Estamos abrindo mão da oportunidade única de conquistar um mercado grande como o da UE para os produtos brasileiros.

São 506 milhões de consumidores com alto poder aquisitivo que importaram, em 2013, cerca de US\$ 2,3 trilhões em produtos estrangeiros. Só em bens agropecuários, foram quase US\$ 140 bilhões. Os próprios europeus estimam que um acordo com a UE pode render ao Mercosul aumento de 40% nas exportações.

Sem preferências tarifárias, nosso comércio com a UE está caindo. Em 2013, exportamos US\$ 47,7 bilhões, resultado 3,6% menor do que no ano anterior. Mesmo assim, as trocas comerciais com a UE totalizaram US\$ 99 bilhões, o dobro do contabilizado no Mercosul.

A indústria tem sido fator determinante na prioridade conferida ao Mercosul. Os números demonstram, porém, que os nossos vizinhos não são os únicos clientes da indústria brasileira.

Nesta última década, exportamos, em produtos industrializados, o mesmo valor para o Mercosul e para a UE: cerca de US\$ 20 bilhões anuais, em média. E isso contando com a Venezuela, que só entrou no bloco em 2012.

Desde 2011, os argentinos adotam restrições cambiais e barreiras burocráticas e alfandegárias que reduzem as exportações brasileiras em bilhões de dólares. Só nos

primeiros cinco meses do ano, nossas vendas para a Argentina caíram 18,6%. Para o Mercosul, a queda também foi expressiva: 10,2%.

Economistas estimam que, para cada 10% de redução das exportações brasileiras para a Argentina neste ano, o impacto será de 0,2 ponto percentual a menos no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

No agronegócio, os prejuízos superam a questão financeira. Os hermanos argentinos alegam, sem fundamento, questões sanitárias para barrar as importações da nossa carne bovina e tentam negociar cotas de importação de carne suína e de outros produtos agropecuários. Um prejuízo à imagem do agro.

Com isso, a busca de novos mercados torna-se mais urgente. A prevalecerem os interesses só da Argentina nas decisões do Mercosul, o princípio da harmonia que sustenta o equilíbrio entre nações amigas não será nada além de utopia.

A Internacional do Capital Financeiro. Tarso Genro – Site da Agência Carta Maior, Política. 29/06/2014

Diferentemente das crises clássicas do capitalismo, a atual se diferencia por encontrar o capital com um grau organização mais complexo e sofisticado.

A revista Forbes publicou em maio deste ano que 5% do PIB brasileiro está nas mãos de quinze ilustres famílias, que detém um patrimônio de 269 bilhões de reais. Thomas Piketty, autor do "O Capital no Século 21" - mencionado por Paul Krugman como provavelmente o mais importante livro de economia desta década - é autor de uma frase de uma obviedade alarmante nos dias que correm, mas que passa ter valor especial porque é formulada, não por um inimigo do capitalismo, mas por um insatisfeito com os seus rumos atuais: "os poucos que estão no topo - diz Thomas - tendem a apropriar-se de uma grande parcela da riqueza nacional, à custa da classe média baixa" e que "isso já aconteceu no passado e pode voltar a acontecer no futuro".

O remédio apontado pelo autor, um imposto global progressivo, vai precisamente contra a tendência autorizada pelas grandes agências financeiras, públicas e privadas, de importância no mundo, como se vê nas medidas em andamento nos países da União Europeia, que pretendem recuperar suas combalidas economias. Estudo recente, publicado pelo "El País" (22 jun. 2014), mostra 10% de queda nos gastos de alimentação da população espanhola no ano de 2013, o que atinge diretamente o consumo básico dos assalariados, aposentados e desempregados, que vivem da parca ajuda estatal.

No âmbito da crise, os índices de pobreza, já alarmantes, aumentaram gravemente nos Estados Unidos, pois hoje já afetam 46 milhões de norte-americanos, maior cifra dos últimos 50 anos, que deve ser combinada com o aumento da renda dos 1% mais ricos, em 9%, nos últimos 35 anos. ("Página 12", 23 jun.14, baseado em estudos do professor Abraham Lowenthal, emérito da Universidade do Sul da Califórnia). Os Estados Unidos, como se sabe, superam a União Europeia em desigualdade, pois nesta a maior concentração de renda está com 10% da população e nos EUA a maior concentração de renda, em termos relativos, está com 1% da população.

Cabe um comparativo latino-americano, para verificarmos como os diferentes países colocados na cena mundial globalizada, reagem perante os dissabores da atual crise do capital. Recentemente os nossos "especialistas" em desastres econômicos - sempre atentos aos interesses especulativos e manipulações políticas no mercado de ações - passaram a mostrar a genialidade da direita mexicana para lidar com o baixo crescimento e a pobreza. Quando se depararam com as estatísticas - a partir de 2003 a economia brasileira cresceu 45,44% e a economia mexicana, no mesmo período, cresceu 30,471% - o México desapareceu das suas colunas proféticas. Mormente porque ficaria chato revelar que a participação dos salários na renda nacional, no Brasil é de 45% e no México é de 29%. Ou seja, o Brasil cresceu muito mais com menos desigualdade.

Esse rápido repasse na crise do capitalismo, presidido pela agenda neoliberal, serve para ilustrar a guerra de interpretações travada no meio intelectual, pelas redes e pelos órgãos de imprensa tradicional, entre as lideranças das mais diversas posições do espectro político. De um lado, estão os que entendem que a crise ocorre porque todas as "reformas", necessárias para o reinado completo do capital financeiro sobre a vida pública e sobre os estados (capturados pelas agências que especulam com a dívida pública, para acumular sem trabalho) aquelas reformas, repito, não foram feitas pelos governos. Por isso, as baixas taxas de crescimento, o aumento da pobreza e do desemprego.

Num outro polo, os que, por diversos meios e com diversas gradações, sustentam que a decomposição da socialdemocracia, em nome de um "ajuste" conservador e predatório dos direitos sociais (com a renúncia de uma agenda socialista ou democrático-social verdadeira), significou a vitória dos valores dos que "estão no topo", como diz Piketty. E que a pretensão verdadeira daquela agenda é desapropriar os direitos sociais, que vem sendo conquistados desde o Século 19, para conformar uma sociedade dos mais aptos, dirigida pelos mais fortes e mais ricos, capazes de se servir das grandes transformações tecnológicas, distribuindo migalhas de sobrevivência para a maioria da população, tendo como intermediária uma pequena e rica classe média, apartada nos seus condomínios ou pequenos bairros com segurança privada.

A campanha contra o Governo brasileiro e contra o Estado brasileiro, desencadeada pelos órgãos de imprensa e partidos políticos vinculados à primeira posição, no mundo inteiro, passava a imagem de um país degradado na sua vida pública, com autoridades incapazes de acolher um evento como a Copa do Mundo, incompetentes para dar segurança às autoridades de fora do país e ineptos para a realização da própria competição. Esta campanha, no entanto, não foi um mero mau humor da direita mundial. Foi nitidamente uma orquestração política de caráter estratégico para desmoralizar um BRIC que, com seus avanços e recuos, com as suas vacilações e posições ousadas, já tinha demonstrado que é possível crescer, distribuir renda, cuidar da vida dos mais pobres e excluídos e, ainda, exercer um papel político no cenário internacional, com certa margem de autodeterminação e soberania, criticando o neoliberalismo com as "costas quentes". À esquerda ultra-radical isso parece pouco, mas, examinada a situação internacional e a própria fragilidade interna das bases políticas para desenvolver estas ações de resistência, convenhamos que é um feito

extraordinária que nenhum governo, pelo mundo afora, conseguiu realizar com tal amplitude.

O mais grave é que os veículos de comunicação tradicionais do país, não só repassaram este pânico desmoralizante da nação e das suas instituições, como alimentaram com falsas informações os veículos externos. Trabalharam diretamente contra o Brasil, embora já ensaiem uma autocrítica oportunista, Não se tratou de mero equívoco, mas de parceria política, porque, para estes grupos, nunca se coloca como real a disjuntiva "Soberania X Dependência", ou "Estado Social x Estado Mínimo", ou "Cooperação Interdepende x Subordinação Dependente", ou mesmo "Democracia x Autoritarismo". Porque soberania, estado social, cooperação sem submissão, sempre apontam para mais democracia (não menos democracia), para mais participação das pessoas na política e na renda (não menos participação) e as receitas europeias para resolver as crises são incompatíveis com tais conquistas da modernidade.

O traço material desta aliança e da campanha contra o Brasil é o interesse em ganhar dinheiro com a dívida pública, gerando instabilidade e desconfiança nos governos ou submetendo as nações a governos dóceis e à agenda da redução das funções públicas do Estado. A ideologia da aliança é o liberalismo econômico, ora ornamentado com traços de fascismo e intolerância, ora casado com a austeridade fiscal. Ela tanto pode arrastar as classes médias para os protestos, como atizar o "lumpen" para fazer quebraadeiras de bens públicos e privados -principalmente bens públicos - assim esvaziando os movimentos sociais e políticos de esquerda, que estão insatisfeitos, com justiça, com os limites que já bloqueiam o crescimento econômico e impedem a melhoria da qualidade dos serviços públicos nas áreas da saúde, transporte e segurança, principalmente nas grandes regiões metropolitanas. A repressão, então, por este mecanismo perverso de isolamento dos lutadores sociais, aparece legitimada para a maioria da sociedade, que não se identifica com a violência gratuita à margem da lei, aceitando uma violência do Estado, que julga "necessária", mesmo que muitas vezes também à margem da lei.

Arrisco dizer que, diferentemente das crises clássicas do capitalismo - como na crise de 29 e na crise "do petróleo" nos anos 70 - a crise atual se diferencia, enquanto crise política conjugada com a crise econômica, por encontrar o capital com um grau de organização mais complexo e sofisticado, sem aparência imediata, mas mais capaz de interferir rapidamente sobre os Estados, sem guerras extensivas e ocupações militares em todos os territórios de domínio. De um lado, há uma verdadeira "Internacional do Capital Financeiro", com seus tentáculos internos na mídia e nos partidos tradicionais - que já avança sobre os não tradicionais através do financiamento privado das campanhas eleitorais- e, de outro, há uma visível fragmentação na estrutura material e espiritual das classes populares, com a correspondente fragmentação dos seus movimentos e partidos.

Os bancos centrais dos países ricos, as agências privadas de risco, as instituições financeiras destinadas a especulação, juntamente com as grandes cadeias de comunicação globais, são organizados diretamente pelo dinheiro e apoiadas na reprodução ficta do dinheiro, com um manto ideológico e político que carece de coerência programática, mas que se amplia no próprio movimento do dinheiro, como acumulação artificial incessante. Esta vai aparelhando e submetendo instituições, grupos

e indivíduos, em todas as esferas da vida pública, assim tornando os próprios partidos liberais e neoliberais supérfluos, como inteligência política, constituindo-os como mera extensão e reprodução daquele movimento do dinheiro, promovendo a irrelevância das suas construções programáticas.

O surgimento de partidos de extrema direita e de caráter fascista em toda a Europa, com base de massas, também é uma agonia da política burguesa democrática em seu sentido clássico e, em termos humanos, imprime nestes partidos o mesmo conteúdo ideológico de barbárie que move as atuais guerras de conquista territorial pelas fontes de energia fóssil: ambos os processos são inspiradas pelo espírito patriótico, ambos dependem de aplicação de doses maciças de violência para serem vitoriosos, ambos respaldam o poder dos mais fortes e mais decididos a dominar e vencer, ambos não tem a aniquilação da vida do outro como limite moral do seu projeto de poder.

Ao tentar desmoralizar o Brasil, sem qualquer rubor e apostando que a Copa fosse um festival de incompetência e violência generalizada, a direta conservadora e antidemocrática do país - associada material e ideologicamente ao capital financeiro e sua estrutura de poder internacional - mostrou mais uma vez que não conhece o Brasil.

Nem o que tem de bom, produtivo e organizado, no Estado brasileiro. Não conhece o seu povo, porque não convive com as suas lutas nem compreende a sua linguagem, como demonstraram quando quiseram impedir o Prouni e o Bolsa-Família, por exemplo. Não conhecem o Estado Brasileiro, porque prestam atenção somente nas suas imperfeições e mazelas históricas, com os olhos de quem quer destruir o que ele tem de público para construir uma nação soberana, pautada pela Justiça e pela Liberdade.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa